



## A violência doméstica e a aplicação da Lei Maria da Penha

### Autor(res)

Renata Apolinário De Castro Lima  
Maria Eduarda Pereira De Freitas  
Thiago Ribeiro De Carvalho  
Renato Horta Rezende  
Adriana Rodrigues De Assis  
Cintia Batista Pereira

### Categoria do Trabalho

2

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

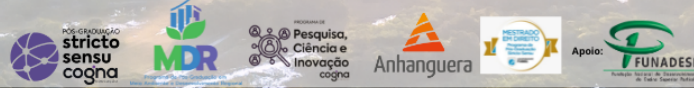
O presente resumo trará uma abordagem sobre a Lei 11.340/06, bem como as principais problemáticas que dificultam sua aplicação. Para isso, primeiramente, retomou-se o processo de desenvolvimento desta lei no Brasil, buscando discutir também os principais avanços legislativos trazidos pelo diploma legal. Sabe-se que a violência doméstica contra a mulher infelizmente é um fenômeno historicamente presente até os dias de hoje. Contudo, pelas consequências enfrentadas pela vítima, foi necessário criar tal lei coibindo de maneira específica tal conduta. A criação da lei citada é considerada como um grande avanço do ponto de vista dos direitos das mulheres, mas após 12 anos de sua criação ainda podemos notar algumas problemáticas em sua aplicação atualmente.

### Objetivo

Analisar as demandas históricas que culminaram no surgimento da Lei 11.340/2006, os avanços legislativos e as principais problemáticas em sua aplicação atualmente, apresentando uma breve análise da lei citada acima.

### Material e Métodos

O presente artigo científico foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória, o qual foi feito por meio de análises bibliográficas, buscando expor um conteúdo de forma concisa e de fácil entendimento a respeito do tema proposto que se trata da lei 11.340/2006. A metodologia utilizada neste artigo foi uma pesquisa bibliográfica, através de consulta as diferentes fontes, como leis, livros online e da biblioteca da faculdade Anhanguera- Antônio Carlos,



artigos. Procurando buscar mais entendimentos sobre sua atuação, características, funcionalidade. As palavras-chave utilizadas foram baseadas em estudos através de pesquisas do presente assunto do artigo, o tema foi escolhido de forma conjunta com a professora Renata Apolinário professora de Direito Administrativo e Direito Processual Civil da Anhanguera – Antônio Carlos, juntamente com as acadêmicas Eduarda Freitas e Adriana Rodrigues.

## Resultados e Discussão

A partir das discussões apresentadas, verifica-se a violência doméstica contra a mulher tanto física quanto psicológica é algo que sempre existiu, no entanto era algo que não era criminalizado, mas sim tratado como um problema familiar. A Lei Maria da Penha trouxe um grande avanço na proteção das mulheres no caso de violência doméstica. O fato de os crimes que envolvem a violência doméstica ao deixarem de ser tratados como crimes de menor potencial ofensivo e passarem a ter penas mais rigorosas, trouxe um pouco mais de segurança as mulheres. Outro grande avanço de tal lei é a expedição de medidas protetivas para as vítimas, proibindo a aproximação do agressor, e em caso de descumprimento, podendo ser autuado em flagrante e ser preso.

## Conclusão

Por meio do presente artigo, objetivou-se discutir a respeito dos avanços trazidos pela lei Maria da Penha, bem como das dificuldades encontradas em sua concretização. Para debater tais questões, discutiu-se, a priori, o histórico de desenvolvimento desta legislação que iniciou apartir da contestação da presença constante da violência doméstica contra as mulheres.

## Referências

- BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: Set.2024.
- \_\_\_\_\_.LEI nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.. Disponível em: [http://www.planalto.org.br/civil\\_3/ato\\_2004-2006/2006lei11340.htm](http://www.planalto.org.br/civil_3/ato_2004-2006/2006lei11340.htm). Acesso em: Set.2024.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. \disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm). Acesso em: Set. 2024.
- Lei Maria da Penha e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas,2019. 95 p.. Acesso em: Set.2024.